



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS/RN

Processo: 08028147320198205103

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MATHEUS REGIS MEDEIROS DE FREITAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls, vem apresentar a presente **ALEGAÇÕES FINAIS** em forma de **MEMORIAIS**, o que faz consubstanciado nas razões que seguem abaixo, expondo para em seguida requerer:

Aclarado Julgador, a Seguradora ré faz uso de suas Alegações Finais em forma de Memoriais para trazer a vossa crivo a análise da presente demanda, bem como apresentar sucintamente suas considerações referentes às suas teses de defesa.

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE
 CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
 BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	30/01/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	843,75

*****TRANSFERIDO PARA:
 CLIENTE: MATHEUS REGIS MEDEIROS DE FREITAS

BANCO:	001
AGÊNCIA:	00361-1
CONTA:	000000029951-0

Nr. da Autenticação 7712E68EA9A04B23

Em prosseguimento, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

O laudo foi produzido, conforme trecho que segue:

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
fratura clavícula E 1ª lesão	10% residual	25% leve	50% média	75% Intensa
2ª lesão	10% residual	25% leve	50% média	75% Intensa
3ª lesão	10% residual	25% leve	50% média	75% Intensa

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Assim, em que pese não haver disposição expressa na tabela para invalidez da clavícula, já que se trata do nome de um osso, é indiscutível que tal osso faz parte da estrutura do ombro e como tal só poderá ser enquadrado na parte da tabela para ele prevista.

E a resposta as quesitos deixa claro:

a) Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s).

Dor e limitação dos movimentos após fratura da clavícula esquerda

E em sede administrativa não foi outra a conclusão:

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA	
Data da análise:	25/01/2019
Valoração do IML:	0
Perícia médica:	Não
Diagnóstico:	FRATURA DA CLAVÍCULA DIREITA.
Resultados terapêuticos:	TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.
Sequelas permanentes:	LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO DIREITO.
Sequelas:	Com sequela
Conduta mantida:	
Quantificação das sequelas:	PRESENTE APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO OMBRO DIREITO.
Documentos complementares:	
Observações:	DE ACORDO COM RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE DRºEDIMAR M.DANTAS CRM - RN 942 DATA:18/12/2018.
DANOS	

Ocorre que, o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde a valor

inferior ao pagamento efetuado administrativamente, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Dessa forma, por tudo mais que dos autos consta, bem como as provas produzidas, reportando-se o Réu as razões apresentadas na contestação, e fundamentação exposta na presente alegações finais, requer a total improcedência da demanda com a extinção do processo na forma do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CURRAIS NOVOS, 15 de abril de 2020.

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN**